

Tempo Presente

tempopresente@grupoatarde.com.br

Drible jurídico legaliza lira de 1870

Disputar editais, firmar convênios, fechar negócios. A Sociedade Orpheica Lyra Ceciliana, fundada em 1870, precisou de um drible jurídico inédito para ter sua existência reconhecida pelo poder público.

O tento, com projeção de jurisprudência, foi lavrado pelo presidente da lira, o advogado e ex-vereador por Cachoeira três vezes, José Bernardo, ao pleitear – e conseguir – o registro em cartório.

E como se a república só chegasse agora para a instituição, até então invisível aos trâmites: José Bernardo (Dr. Zé Luís) usou uma figura de analogia com casos de pessoas solicitantes de uma certidão de nascimento já na vida adulta, como ainda ocorre na zona rural.

Na lógica aceita pelo juízo, Dr. Zé Luís persuadiu o magistrado com o seguinte raciocínio: se uma pessoa, provando estar viva, pode pedir a certidão, também uma sociedade civil tem este direito.

“Quando o maestro Manoel Tranquilino Bastos criou a lira, em 1870, para se ter uma ideia, era a Igreja quem atestava o nascimento de um bebê”, afirmou Dr. Zé Luís.

Tentativas anteriores de provar a existência da lira paravam na burocracia de pedidos de documentos, formulários, algum carimbo impossível atestando a fundação.

Uma grave contradição republicana salta com ênfase do contexto gerado pela atitude da lira: enquanto sociedades são legalizadas, nem sempre visando os fins aos quais afirmam se propor, uma entidade longeva e revolucionária como a lira enfrenta resistência.

A instituição abolicionista e libertária buscou inspiração no poeta e músico Orpheu – filho da musa Calíope e do deus Apolo –, eternizado no imaginário da humanidade como o sumo de um amor incondicional, ao tentar resgatar Eurídice.

“O balanço desde o amanhecer subiu para 32 mortos, a maioria crianças e mulheres (...) Foram atacados edifícios residenciais, tendas e uma delegacia de polícia”

MAHMUD BASAL, porta-voz da Defesa Civil de Gaza, sobre os novos ataques contra civis perpetrados pelo governo de Israel; pelo menos 509 pessoas foram mortas por disparos ou ataques desde o início do cessar-fogo

FOTO DO DIA



Clara Pessoa / Ag. A TARDE

PONTES INVISÍVEIS | Quando mãos se encontram, o mundo desaprende a dividir. Um gesto simples sustenta pontes invisíveis, fé que pulsa na pele, promessa silenciosa de cuidado, coragem e caminho partilhado sob a mesma luz.

Uma praça muda

Paulo Ormino de Azevedo

Arquiteto, professor titular aposentado da UFBA e membro da ALB, IAB e ABI pauloormindo@gmail.com

Salvador nasceu planejada com uma matriz virtual elaborada na Metrópole pelo Mestre das Obras Régias, Miguel de Arruda, e adaptado ao local pelo construtor Luís Dias. Uma das características desse plano em xadrez era a criação de duas praças, uma sede do poder civil, mais tarde denominada de Praça Municipal, e outra do poder religioso, conhecida como Terreiro de Jesus. Entre as duas ficavam a Biblioteca Pública, a Imprensa Oficial, a Santa Casa, a primitiva Sé e parte do colégio jesuítico. Em 1933 a igreja da Sé e o seminário menor dos jesuitas foram vendidos para a criação de um terminal de bondes da Cia. Linha Circular e virou a Praça da Sé.

Mas as duas praças continuavam com suas funções bem definidas. A Praça Municipal panorâmica, debruçada sobre a Baía de Todos-os-Santos, reunia a sede do Governo Colonial, a Câmara de Vereadores e a Alfândega, depois substituída pela Biblioteca Pública e Imprensa Oficial. Entre 1549 e 1763, Salvador foi a capital do Brasil e ali se elaborava a política para todo o País.

O Terreiro de Jesus, com o Convento de São Francisco, a Ordem Terceira de São

Com uma visão ultrapassada de unidade estilística, querem demolir o Palácio Tomé de Souza

Domingos e a igreja de São Pedro dos Clérigos ganhou mais força como centro religioso, com a transformação da igreja jesuítica em Catedral Basílica.

Em 1970, o prefeito Clériston Andrade, com o apoio do governador ACM, que transferiu a sede do governo estadual para o CAB, demoliu uma quadra inteira para ampliar a Praça Municipal. O arquiteto Valdomiro Cunha, preferido de ACM, criou uma laje seca a 1,50 m sobre o nível da praça. Clériston ficou tão envergonhado que não queria inaugurar a laje e o povo a apelidou de Cemitério de Sucupira, plagiando a novela O Bem Amado, de Dias Gomes.

Como o gabinete na Câmara de Vereadores do prefeito biônico Mário Kertész fosse pequeno, ele solicitou em 1979 a transferência para o Palácio Rio Branco vazio, mas ACM vetou. A prefeitura foi parar, em 1981, em Brotas, no Solar Boa Vista. Eleito em 1986, Kertész prometeu

trazer de volta a prefeitura para a Praça Municipal e solicitou ao genial arquiteto Lelé construir no cemitério o Palácio Tomé de Souza. Embora provisório, o palácio se incorporou à praça.

Com uma visão ultrapassada de unidade estilística, a prefeitura, o MPF e a Justiça querem demolir o Palácio Tomé de Souza para criar ali um centro de convenções, engarrafando a colina da Sé, esquecendo que ali embaixo há o Centro Cultural da Câmara que não suporta uma mega estrutura. Por outro lado, o Palácio Rio Branco deve virar hotel chique.

Ao invés de ampliar o Palácio Tomé de Souza, a prefeitura vai se transferir para o Paço Arquiepiscopal, e a Câmara para o Cine Excelsior, esvaziando de toda significação a sede original do Governo do Brasil. Este é o retrato de uma cidade sem planejamento, gerida só pelo achismo e pela especulação imobiliária.

ESPAÇO DO LEITOR

opiniao@grupoatarde.com.br

Exemplo para o Brasil

Enquanto no Brasil se exterminam gatos, principalmente em alguns condomínios, no Japão eles são nomeados funcionários oficiais de estações de trem. Com esse expediente, a linha ferroviária Kishigawa atraiu turistas e resgatou a empresa de dificuldades financeiras, além de servir de exemplo para outras companhias ferroviárias. A exemplo de um funcionário público, os gatos são promovidos e recebem medalhas pelo seu trabalho. Um brinde aos felinos. BRUNO RIBEIRO, BRUNORIBEIRO5575@GMAIL.COM

Orelha me lembrou Galdino

Mataram o “Orelha”, mas me lembrei do “Galdino”. Confesso ao leitor, assim de saída, que li a notícia e precisei reler. Não por dificuldade de compreensão, mas por incredulidade moral. Simples assim. Enquanto isso, o espanto ficou aqui, largado na calçada, olhando para o céu como quem pergunta onde foi que erramos outra vez. Li a notícia e fiquei ali, parado diante da tela, como se o absurdo tivesse estendido a mão para me sacudir. Dois adolescentes suspeitos de agredir a ponto de terem que sacrificar o cão Orelha estão nos Estados Unidos. Dois ficaram no Brasil, a serem investigados. Os que partiram viajaram para fora, segundo a polícia uma viagem programada antes do epi-

sódio, mas e se não fosse assim expresso nessa formalidade burocrática que tudo explica e nada esclarece. Eu me pergunto se essa saída foi providencial ou organizada, fruto de um lance de sorte ou de um cálculo silencioso feito por mãos adultas que ordenam destinos de jovens enquanto a vida e a lei aguardam em fila Brasil afora. Orelha era mais que um cão comunitário. Era presença constante no dia a dia de moradores da Praia Brava, um personagem discretamente amado. Sua morte por maus tratos gerou comoção e espanto porque a violência gratuita contra um ser que simplesmente existia ao lado de todos rompeu uma linha tênue de civilidade. E vira e

O país precisa reavaliar seus valores mais básicos e decidir se a crueldade será sempre respondida com desdém ou com o rigor moral que uma comunidade exige

mexe somos surpreendidos no Brasil por jovens que matam pessoas, como aconteceu com o índio Galdino, incendiado enquanto dormia, ou por jovens que matam animais como se estivessem ensaiando a insensibilidade que o mundo adulto tanto teme. São episódios que nos deixam atônitos e nos forçam a encarar a pergunta que nunca deveria ficar sem resposta É preciso um basta a essa indiferença tão perversa. Quanto mais vidas, humanas ou não, serão reduzidas a estatística ou a manchete passageira enquanto a sociedade se anestesia diante do sofrimento alheio? Não se trata apenas de justiça penal ou de rito processual. Trata-se de um país que precisa reavaliar seus valores mais básicos e decidir se a crueldade será sempre respondida com desdém ou com o rigor moral que uma comunidade sensível exige. Que Orelha não seja apenas lembrado por sua morte mas pelo que sua ausência exige de todos nós. E é aí que mora o verdadeiro escândalo. Não apenas no crime, não apenas na viagem, não apenas na dúvida se foi fuga ou coincidência. O escândalo está em perceber que seguimos adiando o choque moral que deveria nos paralisar. Um cão morto, um indígena queimado, uma juventude que olha a vida como quem descarta um objeto quebrado. Orelha não pode voltar, Galdino não voltou, mas nós ainda estamos aqui,

com a chance rara e incômoda de escolher se continuaremos assistindo a essas tragédias como quem boceja diante do noticiário ou se, enfim, aceitaremos que algo em nós também precisa ser julgado. Porque quando a crueldade se repete e a sociedade apenas observa, já não há inocentes absolutos, apenas cúmplices silenciosos. GREGÓRIO JOSÉ, GREGORIOJSIMAO@YAHOO.COM.BR

Apolítico: indiferente à política

Quando ouço alguém de escolaridade qualquer dizer que não gosta de política, sinto uma pré-síncope e, em seguida, minha pressão arterial sobe. Ora bolas, política mexe com a “barriga” (Abastecimento e Consumo), o bolso (Custo e Inflação), o emprego (Oportunidades), a moradia (Logística Urbana), a aposentadoria (Previdência e Segurança) e por aí vai... Por fim, “quem não gosta de política será governado por quem gosta”. Sendo assim, o desinteressado pela política leva a votos menos conscientes. Como se sabe, o que estraga o Brasil são os maus políticos. Por isso, deixe de ser cúmplice da má política e vá estudar a arte de governar, de gerir os destinos da cidade, do Estado e do País. Ser despolitizado é facilmente manobrado por aqueles que detêm o poder. Cruz credo! CARLOS QUINTELA, CARLOSALBERTOSANTOS-QUINTELA88@GMAIL.COM